VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA DEZOITO DE JANEIRO DE 2024

ATA NÚMERO QUARENTA E DOIS

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e dez minutos, teve lugar a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira.----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os(as) seguintes deputados(as) municipais:, Abel Filipe Dias Gonçalves, Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos José Pinto Vergueiro, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim de Sousa Rocha, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Maria Soares Gonçalves, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Joaquim César Ramos Rodrigues, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Guerra Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa Almeida, José Fernando Santos Almeida, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, Nelson de Jesus Martins da Silva, André Araújo Ferreira e Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira.----------

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: Andreia Maria Ferreira Teixeira substituída por Manuel Benjamim Leite Soares, Carlos Alberto Pinto Ribeiro substituído por Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Jaime da Silva Quintas substituído por Sandra Sofia Martins Neves da Silva, Joaquim António Dias Tavares substituído por Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga substituído por João Pedro Ferreira Martins, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista substituída por Beatriz Castro Pinto, Jorge Manuel dos Santos Pereira e Rui de Brito e Cunha Leite de Castro substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto. ----------

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro substituído por Domingos Martins Oliveira, Filipe da Silva Lopes substituído por Joaquim José Pereira da Silva, João Morais de Sousa

substituído por Ana Silvina Baptista de Oliveira Almeida, Serafim da Silva Teixeira substituído por Joaquim Henrique Santos Faria e Arménio José Pereira da Costa faltou não tendo sido substituído. ----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues e os(as) Senhores(as) Vereadores(as), Dário Soares Freitas da Silva, Elísio Ferreira Pinto, Célia Maria Mendes Correia, Manuel de Oliveira Guedes e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. ----------

Estiveram ausentes, a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal Marina Raquel Lopes Mendes, e os(as) senhores(as) Vereadores(as), José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda e José Joaquim Cancela Moura.----------

Ponto 1 – Público ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia alertou para o facto de estar uma munícipe inscrita, pelo que deu de seguida a palavra à mesma. ----------

Senhora Andreia Moreira (União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo), começou a sua intervenção por dar conhecimento do sucedido em direto no Facebook no dia 14 de dezembro de 2023 numa sessão de esclarecimentos sobre a rede UNIR considerando uma vergonha e que alguns munícipes, incluindo-se, teriam sido bloqueados na página do Município. Disse não compactuar com a má gestão deste Presidente e que iria continuar a denunciar essas situações porque estava num país democrático e não tolerava a censura e intimidação para ser afastada do seu dever cívico e político. ----------

Sobre a UNIR, referiu que iria à Sessão de Esclarecimentos de 22 de janeiro e que no momento atual teria ficado sem as 2 únicas camionetas, que tinha ao fim de semana, e continuava sem serviço noturno a juntar à falta de sinalização e paragens, a inexistência de abrigos e ao serviço deplorável, ainda ter ficado sem estacionamentos. Disse também que "haja dinheiro para não se pagar o serviço noturno e do fim de semana que é pago com os dinheiros públicos, ou seja, que todos nós que descontamos, mais o dinheiro dos espaços". Sobre o glifosato, era um tema que já teria apresentado por diversas vezes, agradecia a colocação do cartaz à sua porta, mesmo que a SUMA tenha demorado 4 dias a fazer, e no seguimento da sua apreciação registar o facto da UNIR já ter e-mail de reclamação antes ainda do seu lançamento. Isto na página pessoal do Senhor Presidente Eduardo Vítor Rodrigues. Já previa reclamações, que não pensava que pudesse piorar aquilo que já era tão mau.----------

Terminou questionando quantas mais pessoas precisavam de ser atropeladas para colocarem barreiras a separar linha do metro para impedir fatalidades. Quis ainda recordar que continuava a guardar o relatório de atividades e conta de gerência 2022 porque não estaria legível a partir da página 124. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, disse à munícipe que a prova da falsidade do que teria dito seria os e-mails que tinha como prova, das fintas que tentou fazer para não dizer o que queria ali falar e que a mesma não era mais do que os deputados eleitos, que anunciavam as intervenções e diziam o tema de que iam falar. Terminou ao dizer que a Senhora munícipe poderia enviar os documentos para quem quisesse, que ele próprio mandaria os que tinha também. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal Eduardo Vítor Rodrigues, começou por agradecer a intervenção, mas que não teria percebido praticamente nada do que a munícipe teria dito, porque passou um atestado a toda a gente, porque o Relatório e Contas estaria errado e estaria mal visto, mas que o executivo, até à data não tinha nenhuma reclamação, mas iria vou verificar. Quanto à questão do Facebook, disse não saber exatamente o que teria acontecido e lamentou muito se a senhora teria sido bloqueada e depois a desbloquearam, porque iria ver no dia seguinte e iria bloqueá-la outra vez. ----------

Ponto 2 - Leitura, Discussão e Votação de Atas ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 28 de 25 de maio de 2023.------

Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Abel Filipe Dias Gonçalves, Arménio José Pereira da Costa, Carla Isabel Argueles Cáceres, Joaquim José Pereira da Silva, Sandra Sofia Martins Neves da Silva, Ana Silvina Baptista de Oliveira Almeida, Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira, Joaquim Henrique Santos Faria, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, João Pedro Ferreira Martins, Paulo José Melo Martins, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira e Alcides do Couto Pereira. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 29 de 22 de junho de 2023.----------

Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro,

Manuel Benjamim Leite Soares, Arménio José Pereira da Costa, Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Domingos Martins Oliveira, Sandra Sofia Martins Neves da Silva, Ana Silvina Baptista de Oliveira Almeida, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Joaquim Henrique Santos Faria, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol e Alcides do Couto Pereira. ----------

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avintes em Exercício, Domingos Oliveira (PS), apresentou um **Voto de Pesar,** subscrito pela Mesa e todos os Grupos Municipais, "Pelo falecimento de Joaquim Cardoso Magalhães", conforme documento anexo **(vide anexo 1)**. ----------

Senhor Deputado André Araújo (CDU), apresentou um **Voto de Pesar**, "Pelo falecimento de Odete Santos", conforme documento anexo **(vide anexo 2)**. ----------

Senhor Deputado Luís Nogueira (CDS-PP), apresentou um **Voto de Pesar**, "Pelo falecimento de José Manuel Valente Pereira de Sousa", conforme documento anexo **(vide anexo 3)**. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, subscrito pela Mesa e todos os Grupos Municipais, "Pelo falecimento de Joaquim Cardoso Magalhães". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, "Pelo falecimento de Odete Santos". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP, "Pelo falecimento de José Manuel Valente Pereira de Sousa". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em solidariedade e homenagem, declarou 1 minuto de silêncio pelos Votos de Pesar apresentados. ----------

Ponto 3 – Período da Ordem do Dia ----------

Foi o ponto 3.1. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Oferta Pública de Aquisição de Imóveis para Implementação de Projetos no âmbito do Investimento RE-C02-I01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Aviso de Publicitação nº 01/C02-I01/2021 – Componente 02 – Habitação Parte B – Relatório Final". ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal Eduardo Vítor Rodrigues, começou por dizer que durante o atual mandato seria dos momentos que mais se deveriam orgulhar, do trabalho desenvolvido por todos, independentemente de ser pela Câmara, mas que seria da Gaiurb, mas era um desígnio de todo o país e um desígnio do município. A proposta apresentada e a dar corpo ao primeiro edital do país, dos 308 municípios do continente é a que alavanca num espaço de tempo relativamente curto, cerca de 400 habitações, para serem disponibilizadas ao mercado em modelo de renda acessível designado "primeiro direito". Tradicionalmente, olhávamos para o problema de 2 formas, o mercado que tratasse e depois, o Estado que construísse. Aquilo que o Município de Gaia fez, foi uma tentativa de combinação, quando o Estado constrói, o estado demora muito tempo, concursos públicos para projetos, se já tiver terrenos, se não tiver terrenos é aquisição de terrenos em leilão ou em ajuste direto, a seguir concurso público para a obra, e só não existe Tribunal de Contas porque no contexto da habitação "primeiro direito" está excecionado do visto Tribunal de Contas, mas temos fiscalização sucessiva e fiscalização concomitante. Na área metropolitana do Porto mais central, era mais difícil porque o indexante do INE, é normalmente, retrógrado e normalmente desfasado do valor metro quadrado comercial o que quer dizer que o INE define como valor indexante 1200 EUR metros quadrados e, no mercado as pessoas estavam a vender ou a comprar por 1500 ou 1600 euros. Veja-se as dificuldades que as capitais de distrito, os municípios centrais das áreas metropolitanas têm em adquirir, porque, na verdade, quem era proprietário de uma habitação e queira pô-la no mercado, obviamente, iria pôr pelo melhor preço e não pelo preço que decorria de uma definição do INE e de uma política pública de habitação que erradamente define o Indexante do INE. A autarquia optou por um modelo intermédio, um modelo em que o município não fugia, mas cortava etapas, não fugia às etapas do projeto, mas definia os parâmetros dos projetos que queria. Disse que as pessoas que decidiam, as chefias intermédias, delegados políticos, decidiam a medo e na dúvida pediam um parecer e como o parecer não era claro, pediam outro parecer que, por sua vez, era contraditório com o primeiro e não decidiam com medo de arriscar uma decisão que o Tribunal de Contas pudesse vir a definir como uma decisão errada, como aliás aconteceu no tempo do PER que foi altamente criticado pelo Tribunal de Contas com a mesma desfaçatez com que o Tribunal de Contas criticava a compra das vacinas. O Tribunal de Contas tinha muito aquela atitude, logo, os decisores, nomeadamente o IRU, tinham pânico, e não decidiam. Aquele é o primeiro edital, 400 habitações, 66 milhões de euros. Metade do valor que teria disponível e no dia em que assinar, lançarão

os outros 66 milhões. Lembrou que teríamos 130 milhões, mas uma parte era descontada para ver se a misericórdia lá conseguia chegar. Se a Câmara conseguisse, abdicaria da sua parte, se não, pagariam, assumiriam e ficariam com o parque habitacional mais reforçado. A urgência da marcação daquela Assembleia e talvez até da próxima, é uma urgência instrumental, que quanto mais depressa se decidir na Câmara e na Assembleia Municipal, porque tinha a noção que no país isso não estava a alavancar, e por isso é que talvez a culpa não seja exatamente do programa mais habitação, mas de todo um entorno que o programa mais habitação cria. O objetivo da Câmara seria resolver aqueles 66 milhões, ir buscar mais 66 milhões, pegar nos editais e dizer que estava o dinheiro todo gasto e que queriam reforço. Reforço decorrente de municípios que ainda não teriam gastado nada, que equivaleria a cerca de 70% dos municípios do país. Terminou, dizendo estar disponível para todas as questões que quisessem colocar, mas que o fundamental era aprovar o assunto. ----------

Senhor Deputado Alcides Couto (CH), na sua intervenção, disse que o partido CHEGA, não era apenas um partido de protesto, mas sim, defendiam e queriam ser a voz de todos os gaienses e de todos os portugueses. Disse que devíamos abraçar projetos ambiciosos para o bem de todos os gaienses e perante aquilo, o chega, não sendo contraprojetos ambiciosos, iria votar favoravelmente. ----------

Senhor Deputado André Araújo (CDU), na sua intervenção começou por dizer que sempre que a questão da oferta pública de aquisição de imóveis, ao abrigo do plano primeiro direito vinha aquela Assembleia, a CDU trazia à reflexão as necessidades de habitação da população, apontando esse caminho de resposta multidimensional que era necessária, em que se inseria, muitas das políticas da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, que em muitos casos merecia a aprovação da CDU e que o cumprimento do direito à habitação é constitucionalmente uma responsabilidade do Estado central. Ao longo de décadas, sucessivos governos abdicaram do papel de intervenção do setor, graças ao vício de remeter ao Estado um papel de mero agente financeiro de uma mercadoria no mercado financeiro entre borlas fiscais que ajudavam fundos imobiliários e medidas insuficientes. Disse que os preços se mantinham astronómicos e aumentam os intocáveis 25.000.000 de euros por dia de lucros da banca Em Vila Nova de Gaia, como aliás dizia, a Câmara Municipal teria feito a opção correta, de procurar utilizar o máximo dos fundos para a disponibilização de habitação no mercado. Indo diretamente ao que eram chamados a votar, como referiu, a construção desses 333 fogos de habitação pública era e seria sempre uma medida positiva e mereceria como sempre, o voto favorável da CDU. A estratégia local de habitação de 2019 com dados que reportavam aos anos que antecederam, designadamente aos Censos de 2011, identificando então 3.190 agregados no Concelho em situação de carência habitacional, sendo que a resposta dos 143 milhões de euros, apesar da expectativa de construir 2.019 habitações, inferiores ao agora previsto, tendo já ultrapassado metade do orçamento. Naturalmente,

ninguém contava em 2019, com situações que tiveram efetivamente impacto na conversão dos milhões de investimento em número de fogos e creio que nas primeiras intervenções que a CDU colocou a propósito dessa matéria, referiam as dificuldades que iriam existir na conversão do preço metro quadrado estipulado pelo programa "Primeiro Direito". A realidade brutal do custo de vida e a subida dos preços da habitação, faziam prever que à data o número de agregados em situação de carência habitacional grave é substancialmente superior. E, como sabiam, essa definição de carência habitacional exclui muitas famílias, cujo salário não chega para pagar casa em Gaia. Nesse sentido, salientou da necessidade de atualização do levantamento das necessidades de habitação em Gaia, essa identificação ao abrigo da lei de bases da habitação deveria ser feita através da carta municipal de habitação, algo que a CDU tem vindo a pugnar para que seja feita em Vila Nova de Gaia. Questionou se em 2024 iria existir essa elaboração dessa Carta ou esse levantamento das necessidades do Concelho e quando é que estava previsto o lançamento de novos editais. Perguntou se o executivo previa a utilização dos fundos na sua totalidade e como é que previa que isso fosse possível, uma vez que esses fundos já estão em contratos programa assinados por outras câmaras municipais, como é que era possível esse valor estar disponível, entre outros. ----------

Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Madalena Ricardo Almeida (PS), começou por dizer, que não há muito tempo, o tema da habitação e a sua problemática tinha estado ausente das estratégias dos discursos políticos. Mas nessa temática e porque era demasiado importante e urgente e em política compatibilizar importância com urgência é quase conseguir a quadratura do círculo. Teríamos de começar por afastar, os três fantasmas que estão na ordem do dia; "o que foi", "o que poderia ter sido" e o "que esteve para ser". Antes de mais, a habitação ou falta dela é um problema social, de dimensão nacional. Nenhum dos presentes poderia negar que as condições habitacionais indignas têm um peso incomensurável e transversal na vida das pessoas, sendo igualmente inegável que essa indignidade acabava por se traduzir num peso incomportável para a sociedade ao qual não podiam ficar indiferentes. A habitação era uma prioridade para Vila Nova de Gaia e essa afirmação tinha sustentação não só nos fundos conseguidos, mas também na forma como o Município olhava para o problema; de um ângulo diferente, tendo apresentado uma proposta inovadora, difícil de negociar, embora com argumentos muito simples de perceber, da qual eram convidados a tomar parte na decisão e que dessa forma simples pretendiam ultrapassar as dificuldades que o quadro legislativo da contratação publica impunha quando o prazo de financiamento era curto. Reforçou que o problema da habitação não era um problema de imobiliário, mas um problema social. Aquele era o segundo Edital, totalizando cerca de 66 milhões de euros que correspondia a 333 habitações num total de 91 milhões de euros num objetivo ambicioso de 142 milhões de euros e cerca de 3.000 fogos. A Câmara Municipal de Gaia indicou um terreno na Freguesia da Madalena e conta disponibilizar nessa freguesia 36 casas com renda acessível através do programa 1° Direito. Seriam as primeiras a ser habitadas e eram produto do primeiro Edital. Enquanto deputado Municipal e Presidente da Junta da Freguesia da Madalena, enalteceu o trabalho

efetuado nesse âmbito, reiterando as qualidades do mesmo e transmitindo ao Sr. Presidente da Câmara, à sua equipa e à GAIURB, o reconhecimento do trabalho efetuado e dando-lhe a força e confiança necessárias para continuar no rumo traçado quanto a essas políticas, conforme documento anexo **(vide anexo 4).** -------

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS), na sua intervenção realçou que naquela casa, via a comunidade não como "uma soma de indivíduos, onde cada um que trate de si", porque, "os problemas de uns são os problemas de todos, porque cada um faz alguma coisa que é útil ao cidadão que está ao lado". Disse que o problema da habitação era um dos mais delicados do nosso país, embora por toda a Europa esse era um problema que afetava, de forma mais ou menos séria, todos os países. Achou que todos os presentes deviam reconhecer que o investimento feito pela autarquia no âmbito da estratégia local de habitação era também a prova de que o PRR poder chegar às famílias. A resposta é clara, são 143 milhões de euros em Vila Nova de Gaia e estavam absolutamente convictos que estariam a concretizar um projeto único. Essa capacidade de fazer acontecer é inspiradora e, enquanto membros da Assembleia, reconheciam a excelência do trabalho do executivo, que tem inspirado outras autarquias, governos regionais e até o próprio governo. O que estariam a tratar era o segundo momento, um segundo edital, agora de 66 milhões, depois dos primeiros 25 milhões no Edital anterior. Mas, queriam mais e como tinha sido dito, iriam ter um terceiro edital. Com a aprovação do assunto, queriam chegar ao momento em que entregavam 333 chaves a 333 famílias até 2026. Disse serem uma equipa dedicada a tornar a nossa comunidade melhor, a tentar provar todos os dias que os problemas de um, são os problemas de todos, conforme documento anexo **(vide anexo 5).** ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal Eduardo Vítor Rodrigues, disse que não havia razões para nos sentirmos felizes. Fossem as coisas definidas como aquilo que conceptualmente defendiam e não estavam ali a tratar de 333 mais as anteriores, portanto, 400 habitações. Estariam a tratar duma escala de milhares porque o que estava em causa não era falta de dinheiro. De facto, aquilo que ganhavam no âmbito da estratégia local era um pacote financeiro, eles e os outros municípios, o que significava que quando ganharem o pacote financeiro, vão aos preços de mercado, dividiam por metro quadrado e aferiam o valor, as áreas, o número de habitações em função da sua tipologia. Bastava haver uma evolução negativa da inflação como aconteceu, para de repente ter previsto 1000 habitações e só terem dinheiro para pagar 600 com o mesmo dinheiro porque a habitação subiu, portanto, no fundo, chegando ao fim, correm o risco de ir buscar dinheiro aos outros e só assim conseguirem cumprir as metas iniciais, porque, entretanto, os valores sofreram alterações. O ponto tem de ser criado um indexante não financeiro, mas um indexante social e aquilo que deviam prosseguir era ter em cada município, uma média, porque significava que teria a mais. O seu ponto era ter de definir uma métrica de percentagem de habitação pública e não de dinheiro e nessa altura olhar para o parque habitacional, para o número de habitantes e definir que, tal como acontece por essa Europa fora, nós temos X por cento obrigatoriamente de habitação pública necessária e disponível e aí

temos uma inversão do raciocínio. Naquela métrica tinha de haver uma flutuação que corrigisse a híper concentração de pessoas. Disse que como Presidente da Câmara e do município iria levar até às últimas consequências toda a capacidade jurídica, legal, de gastar dinheiro a tempo e se possível ajudar o país a gastar dinheiro, não numa lógica predatória, não numa ideia de que Gaia tiraria dinheiro previsto para por exemplo, Alfândega da Fé, que não conseguiu gastar mas no fundo, a dinâmica do trabalho ia acabar por demonstrar que, se calhar em Alfândega da Fé o ponto é a escola secundária e em Gaia o ponto é habitação Por isso, não sentia propriamente uma alegria enorme porque estavam a votar uma coisa que começara há 2 anos. Se se sentisse feliz, estava a ser hipócrita, porque para o executivo não contava o dia da inauguração, mas o dia do lançamento. Disse que deviam ter orgulho no trabalho feito, mas que quanto mais rapidamente assinar e avançar para um novo edital melhor. Todos se deviam juntar e dizer, o país tem de ter 8% de habitação pública, e mesmo mudando o governo, continuar a lutar até chegar a 8%. O Senhor Presidente garantiu que num mês gastava os 130 ou 140 milhões de euros, mudava-se o modelo e ajustava-se o modelo, agora os governantes têm medo, o Tribunal de Contas tem pânico, a IGF tem medo, a DGAL tem medo, os presidentes de câmara têm medo, os técnicos têm medo, os juristas têm medo, ninguém quer assinar nada e o povo à espera, agora era evidente que era um momento de alegria, mas agridoce, porque já deveriam ter essa alegria há 1 ano e meio.----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou o Ponto 3.1. a votação ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade ----------

<u>Foi o ponto 3.2. da Ordem de Trabalhos</u> **"Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: ----------**

•Alteração à Postura Municipal de Trânsito – Implementação de Trânsito Proibido a veículos de peso total superior a 3,5t, exceto a Veículos de Emergência, R.S.U. e Autorizados, na Rua do Barreiro, Freguesia de Canidelo; ----------

•Postura Municipal de Trânsito – Implementação de Sinal Vertical de "Paragem Obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos – STOP (B2)", na Rua Juiz Margarido Pacheco, no entroncamento com a Rua da Urtigueira, Freguesia de Canelas; ----------

•Postura Municipal de Trânsito – Paragem Obrigatória em cruzamento ou entroncamento – STOP (B2), na Rua Anselmo Braancamp, no entroncamento com a Rua Oliva Teles, Freguesia de Arcozelo; ----------

•Posturas Municipais de Trânsito – Trânsito de Sentido Único (H3), no Largo da Pedra Alva (norte/sul), no troço compreendido entre a Rua São Miguel até à Rua Nova do Monte, na Freguesia de Arcozelo; Paragem Obrigatória em cruzamento ou entroncamento (B2-STOP), no Largo da Pedra Alva com a Rua Nova do Monte, Freguesia de Arcozelo". ----------

Não havendo nenhum Senhor Deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou o Ponto 3.2. a votação. ----------

Votação: Aprovado Por Unanimidade ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu nota que no próximo dia 29 de janeiro se voltariam a reunir. De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento anexo (**vide anexo 6**).----------

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião dada por encerrada eram 22 horas e 21 minutos do dia 18 de janeiro de 2024, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. ----------

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Primeira Secretária

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 1

Voto de pesar

Joaquim Cardoso Magalhães nasceu em Barrô (Resende) a 19 de Fevereiro de 1933 e veio viver para Avintes aos 12 anos, onde faleceu a 10 de Janeiro de 2024.

Licenciado pela faculdade de Medicina da Universidade do Porto, pelo seu sentido humanista e voluntarista, cedo colocou os seus serviços médicos à disposição de várias associações nomeadamente a Conferência Vicentina de S. Vicente de Paulo, o Futebol clube de Avintes e a União Académica de Avintes da qual foi um dos fundadores e sócio número um.

Mas, foi à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Avintes que Joaquim Cardoso Magalhães doou parte substancial da sua vida da sua energia, saber e generosidade. Foi 1º comandante do Corpo de Bombeiros de 1964 a 2002 e durante estes 38 anos participou na inauguração do novo quartel, na inauguração da Casa-Escola, na reativação do Fundo Privativo dos Bombeiros, na entrada ao serviço do primeiro barco de socorros a náufragos, na atribuição do terreno para construção do Mausoléu aos Bombeiros, na inauguração do monumento ao Bombeiro Voluntário, na criação da secção dos Bombeiros Voluntários de Crestuma, na colocação da ambulância de INEM no quartel e na criação do corpo feminino.

Exerceu o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia geral dos Bombeiros de 2002 a 2021.

Nas palavras de um familiar, "*Joaquim Magalhães sempre levou a vida com rigor, a exigência e a disciplina de um quartel. Sabemos das suas conquistas como médico, bombeiro, da sua verticalidade, do seu orgulho pelas raízes das suas qualidades empreendedoras, do seu coração filantropo e sangue humanista*".

Pela sua dedicação ao serviço dos outros foi galardoado em 1989 com a Medalha de Valor e Altruísmo pela Camara Municipal de Gaia.

Por todo o seu percurso de vida e relevantes serviços à Freguesia, a Assembleia de freguesia de Avintes atribuiu-lhe em 2003 a Medalha de Honra da Freguesia.

Pelo exposto a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia reunida em Sessão Extraordinária a 18 de janeiro de 2024 aprova este voto de pesar.

Vila Nova de Gaia, 18 de janeiro de 2023

(PS) (PSD) (CH) (PAN) (IL) (BE) (BE) (LEDS-PPM)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 2

VOTO DE PESAR

ODETE SANTOS

Odete Santos faleceu em 27 de Dezembro passado, aos 82 anos. Nascida na Guarda, estudou em Setúbal e licenciou-se em Direito em Lisboa, exercendo a advocacia durante anos.

Militante do PCP desde 1974, assumiu responsabilidades de direcção a nível concelhio, distrital e nacional, como membro do Comité Central.

Foi também uma mulher da Cultura, tendo desde muito jovem intervenção cultural e antifascista em associações que suscitaria a sua perseguição pela PIDE/DGS.

Após o 25 de Abril de 1974 integrou a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal, onde teve um papel relevante de apoio à Cultura.

Fez Teatro, escreveu livros e poemas, declamou.

Foi deputada da Assembleia da República, destacando-se nas áreas dos Direitos, Liberdades e Garantias, na defesa dos direitos dos trabalhadores e dos direitos das mulheres, assuntos que abordou em conferências, debates, entrevistas e artigos publicados. É de particular significado a sua intervenção na conquista de novos direitos para as mulheres, nomeadamente o combate ao aborto clandestino e pela despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez, com destacada intervenção na Assembleia da República, cuja Lei viria a salvar muitas vidas e a reduzir o flagelo do aborto.

Destacou-se também na criação dos Julgados de Paz, sendo reconhecida como a sua principal impulsionadora.

Foi membro e Presidente da Assembleia Municipal de Setúbal, sendo homenageada com a Medalha de Honra da Cidade de Setúbal. Em 1998 foi agraciada pelo Presidente da República com o grau de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Integrou o Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) e a Associação de Amizade Portugal-Cuba.

Odete Santos destacou-se pelo seu compromisso com os trabalhadores e o povo, com uma particular ligação com a juventude, afirmando a sua notável capacidade, profundidade de análise, solidariedade, dedicação, frontalidade, coragem e força de intervenção.

Mulher de Abril, destacada deputada e dirigente comunista, Odete Santos foi uma figura marcante na construção do Portugal de Abril e na afirmação dos direitos que a Constituição da República Portuguesa consagra, em particular sobre os direitos dos trabalhadores, sobre a igualdade e a emancipação da mulher, uma presença constante na acção de solidariedade com os povos de todo o mundo, uma incansável participante na concretização do ideal e projecto do Partido Comunista Português.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em 18 de Janeiro de 2024, expressa ao PCP e à família de Maria Odete Santos o seu profundo pesar, observando um minuto de silêncio em sua homenagem.

2024.01.18

Pel'A CDU,

(André Araújo)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 3

CDS-PP

GRUPO MUNICIPAL

VOTO DE PESAR

Foi com profundo desalento e consternação que recebemos a triste notícia do falecimento do nosso amigo Pereira de Sousa, o Engenheiro, tal como o tratávamos no seu dia-a-dia.

José Manuel Valente Pereira de Sousa, nasceu a 3 de maio de 1947, na Freguesia de Santa Marinha deste Concelho.

Viveu durante os primeiros anos no Lugar do Candal, da Freguesia ora referenciada. Prosseguiu para Aveiro e mais tarde para o Porto, devido a circunstâncias profissionais de seu pai. Anos mais tarde, durante a sua juventude, regressou a Santa Marinha, nomeadamente à Rua Barão do Corvo, local onde a sua mãe detinha uma farmácia e residia.

Licenciou-se em Engenharia Civil na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP).

Iniciou a sua carreira profissional na Delegação do Serviço de Fortificações e Obras Militares na Região Militar do Porto. Posteriormente, trabalhou como Diretor de Obras, designadamente na área da pavimentação, na Benjor- Sociedade de Empreitadas Benjamim Jorge, Lda., empresa sediada em Vila Nova de Gaia.

Mais tarde, assume a gestão da Farmácia das Devesas e finalmente concluiu a sua carreira profissional na Construtora da Huila. Irmãos Neves, Lda.

Na área desportiva, foi jogador de Basquetebol no Clube de Empreendedorismo da Universidade do Porto (CEDUP). Posteriormente, a título de hobbie, foi árbitro internacional das modalidades de Basquetebol e Bridge.

Em termos políticos, desempenhou vários cargos no CDS/PP a nível Concelhio, Distrital e Nacional. Foi a nível concelhio que deteve uma forte preponderância na organização, desenvolvimento e participação na atividade política do concelho, mesmo quando já se encontrava debilitado. No plano distrital e nacional, integrou várias Comissões Políticas Distritais e foi também Conselheiro Distrital e Nacional.

CDS-PP

GRUPO MUNICIPAL

A nível autárquico, foi Presidente da Assembleia de Freguesia de Santa Marinha no mandato de 2001 a 2005. Foi Deputado Municipal nesta Assembleia, no mandato de 2009 a 2013 e em todos os mandatos subsequentes, foi deputado não efetivo, inclusive, no atual mandato.

Faleceu a 23 de dezembro de 2023, com 76 anos, deixando um legado fundamental na valorização do CDS PP a nível local e a nível distrital.

Assim a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em sessão extraordinária de 18 de janeiro de 2024, aprova um Voto de Pesar pelo falecimento do ex. Deputado Municipal José Manuel Valente Pereira de Sousa e endereça as mais sentidas condolências à sua família, em particular à esposa e filhos.

A ser aprovado, deverá ser remetido à família.

Vila Nova de Gaia, 18 de janeiro de 2024

O Líder do Grupo Municipal do CDS/PP

(Luís Miguel Nogueira)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA
SESSÃO DE 18 DE JANEIRO DE 2023

Não há muito tempo o tema da habitação e a sua problemática, nos termos em que hoje o tratamos, estava ausente das estratégias e dos discursos políticos.

Hoje, não há quem não fale de habitação e não há quem não reclame mais habitação e não há também quem não tenha soluções, porventura soluções melhores para resolver a problemática da habitação.

Também não falta quem reclame ter sido o primeiro a falar do tema, mas o que necessitamos hoje é de resultados, mais do que de exemplos.

Mas nesta temática e porque ela é demasiado importante e urgente e em política compatibilizar *importância* com *urgência* é conseguir a quadratura do círculo, temos que começar por afastar os três fantasmas tão na ordem do dia; ''o que foi'', ''o que poderia ter sido'' e o ''que esteve para ser''.

Antes de mais a habitação, ou falta dela é um problema social, de dimensão nacional; o aumento de pessoas com dificuldade em encontrar casa cujo preço permita uma vida digna, sem o sufoco financeiro da elevada prestação bancária ou a ameaça permanente do despejo pelo aumento incomportável das rendas, as precárias condições de segurança e de insalubridade, afecta sobeja e inegavelmente a dignidade das pessoas.

Nenhum de nós pode negar que as condições habitacionais indignas têm um peso incomensurável e transversal na vida das pessoas, sendo igualmente inegável que esta indignidade acaba por vir a traduzir-se num peso incomportável para a sociedade ao qual não podemos ficar indiferentes.

Portanto, o problema da habitação é um problema social.

E aqui o Município, executou uma estratégia, estudando a dimensão, profundidade e variáveis do problema de modo a

preparar a resposta adequada, chegando à Estratégia Local de Habitação que contém o diagnóstico global da situação habitacional concelhia de onde se releva, entre outros, o número de 3.190 famílias em carência habitacional. Carências diversas, desde insalubridade, insegurança das habitações, sobredimensionamento, precaridade financeira, etc

A habitação é uma prioridade para Vila Nova de Gaia.

Esta afirmação tem sustentação não só nos fundos conseguidos – 143 milhões de euros - mas também na forma como o Município olha para o problema; de um ângulo diferente, tendo apresentado uma proposta inovadora – da qual hoje somos convidados a tomar parte na decisão – que de forma simples pretende ultrapassar as dificuldades que o quadro legislativo da contratação publica impõem quando o prazo de financiamento é tão curto.

Como disse há pouco, compatibilizar importância com urgência é conseguir a quadratura do círculo e aqui a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia conseguiu.

Embora vivamos numa era de politica negativa que se afirma mais pela rejeição do que pelo projecto, este projecto de Vila Nova de Gaia, que tem vindo a ser replicado por outros Municípios, prevê a promoção directa ou através das Juntas de Freguesia de soluções habitacionais disponíveis, através de Reabilitação de fracções ou prédios habitacionais, construção de prédios ou empreendimentos habitacionais e aquisição de fracções ou prédios para destinar a habitação. Tudo para agilizar a resposta que de outro modo seria quase impossível ou pelo menos não permitiria executar os fundos conseguidos.

Em Vila Nova de Gaia os privados são convidados a intervir, num programa denominado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de *horizontalidade institucional* coexistindo e actuando numa parceria conjunta, dinâmica, com o objectivo de responder com brevidade ao problema habitacional, executando os fundos disponíveis.

Vila Nova de Gaia demonstra ser uma autarquia verdadeiramente comprometida com o cumprimento de políticas habitacionais

ajustadas às necessidades da população e ao seu território, usando a estratégia local de habitação que desenhou como um instrumento de planeamento e ordenamento territorial, actuando de forma activa na luta contra a pobreza, impulsionando positiva e determinantemente a acção social.

Reforço que o problema da habitação não é um problema de imobiliário, é um problema social.

Este é o segundo Edital, totalizando cerca de 66 milhões de euros (que correspondem a 333 habitações e por sua vez a 333 famílias) num total de 91 milhões de euros de um objectivo ambicioso de 142 milhões de euros e cerca de 3.000 fogos.

Desta forma também se vai demonstrar que as verbas do PRR existem, estão disponíveis e que fazem prova de vida em Vila Nova de Gaia

Neste ponto é de maior justiça que se assinale que em paralelo com o programa Municipal há outros programas Municipais e ainda outros de âmbito nacional (que aproveitam a Gaienses) e que têm tentado dar resposta, como sejam o Porta 65, Renda Apoiada, o Arrendamento Jovem, o Arrendamento Acessível e até o Modelo Cooperativo que terá um investimento em Gaia.

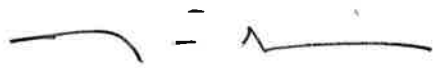
A criação de habitação também obedece a uma estratégia diferente, porque a criação desta habitação considera variáveis inovadores quanto à localização – que sendo transversal ao Município – pondera rede de transportes, acessibilidades, escolas e centralidade, fazendo do programa um verdadeiro instrumento de planeamento urbanístico.

A Câmara Municipal indicou um terreno na Madalena e conta disponibilizar 36 casas com renda acessível através do programa 1º Direito nesta freguesia.

Serão as primeiras a serem habitadas e são produto do primeiro Edital e por isso, enquanto deputado Municipal e Presidente da Junta da Freguesia da Madalena, enalteço o trabalho efectuado neste âmbito, reiterando as qualidades do mesmo e transmitindo ao Sr. Presidente da Câmara Municipal o reconhecimento do trabalho

efectuado e dando-lhe a força e confiança necessárias para continuar no rumo traçado quanto às políticas de habitação.

Terminando, sabemos o que aconteceu ontem, não sabemos o que acontecerá amanhã, mas somos testemunhas daquilo que se passa hoje e hoje será um dia para recordar na luta contra este problema que é de todos e a todos afectam.



Miguel Almeida

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 5

Boa noite,

Vamos falar de política?

Se há área que se encontra no amago da ação política de alguém é o da habitação e, até por isso, lhe chamamos primeiro direito.

Dizia o secretário Geral Pedro Nuno Santos, futuro primeiro-ministro, que não vemos a nossa comunidade como "uma soma de indivíduos, onde cada um que trate de si". Para Nós, "os problemas de uns são os problemas de todos, porque cada um faz alguma coisa que é útil ao cidadão que está ao lado".

É neste paradigma que nos apresentamos neste debate.

No ano em que celebramos os cinquenta anos do 25 de abril podemos afirmar que há áreas da nossa comunidade em que conseguimos cumprir abril – a Escola Pública, o Sistema Nacional de Saúde, a Segurança Social.

Podemos, na mesma medida reconhecer que na habitação ficou muito por fazer.

O problema da habitação é um dos mais delicados do nosso país, embora por toda a Europa este seja um problema que afeta, de forma mais ou menos séria, todos os países.

É, até por isso, importante reconhecer a importância do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência. Uma oportunidade que o país não pode perder, uma oportunidade que também nós, aqui em Vila Nova de Gaia, não podemos desperdiçar.

A oposição disse, vezes sem conta, que o PRR era apenas uma coisa do Governo que nunca iria chegar à vida real, às pessoas. Parece-nos que podemos, hoje, aqui, na nossa Comunidade, Vila Nova de Gaia reconhecer que, por exemplo, a Linha Ruby é a expressão do PRR na vida dos Gaienses.

Tal como podem, aqui, todos, nesta Câmara reconhecer que o investimento feito pela autarquia no âmbito da estratégia local de habitação é também a prova de que o PRR chega às famílias.

O nosso Executivo Municipal não começou a sua aposta hoje. Este é um processo constituído por várias etapas e com várias modalidades.

Se me permitem a metáfora, é um *bocadinho* como o campeonato mundial de atletismo. Há medidas que são como as provas de 100 metros onde precisamos de recorrer à inspiração do *Usain Bolt* para responder às urgências de cada momento.

Refiro, a título de exemplo, o apoio ao arrendamento ou o arrendamento jovem. Como poderia referir as questões em torno da eficiência energética ou até o que foi feito (e pago!) em Vila D'Este.

O diagnóstico realizado no nosso concelho aponta para 3190 famílias em carência habitacional. Penso que todos me acompanharão quando dizemos que há momentos – como este, em que a inspiração é a maratona. Quando precisamos de medidas mais complexas, de maior alcance. Como aqui disse, 3190 famílias diagnosticadas.

E a nossa resposta é clara!

São 143 Milhões a investir em Vila Nova de Gaia. CENTO E QUARENTA E TRÊS MILHÕES.

Estamos absolutamente convictos de que estamos a concretizar um projeto único.

Esta nossa capacidade de fazer acontecer é inspiradora e, enquanto membros desta Assembleia, reconhecemos a excelência do trabalho do nosso executivo municipal, que tem inspirado outras autarquias e até o próprio governo.

Podia até citar o exemplo da região autónoma da Madeira, cujo governo regional, se "inspirou" na conceptualização que Vila Nova de Gaia desenvolveu.

Mas, se o projeto desenhado pela autarquia é inspirador, a sua concretização merece ainda maior aplauso.

Voltando à metáfora do atletismo, imaginem agora uma prova de estafetas.

O que hoje estamos aqui a tratar é do segundo momento, um segundo edital, agora de 66 milhões, depois dos primeiros 25 milhões no arranque desta prova. Mas, nesta prova de estafetas queremos mais e vamos a um terceiro edital. Queremos chegar aos 143 milhões.

Hoje, com esta aprovação, avançamos para entregar 333 chaves a 333 famílias até 2026. Volto a repetir, esta é a prova de que o PRR é também uma realidade para a nossa comunidade. Esta é a prova da nossa vontade de continuar a contar com todos. Somos uma equipa dedicada a tornar melhor a nossa comunidade. A tentar provar todos os dias que os problemas de um, são os problemas de todos.

Acreditamos e por isso subscrevemos de forma efusiva um aplauso ao Executivo liderado pelo nosso Presidente, Eduardo Vítor Rodrigues, que estamos a tornar Gaia uma comunidade melhor, uma comunidade inteira, onde todos contam!

18/1/24 (PS)

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 6

MINUTA DE ATA Nº 42

Reunião Extraordinária de 18.01.2024

Ao décimo oitavo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Extraordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

1. **Foram a votação as seguintes Atas:** ----------
   a) Foi a Ata nº 28 de 25 de maio de 2023, **Aprovado por Unanimidade,** de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. ----------
   b) Foi a Ata nº 29 de 22 de junho de 2023, **Aprovado por Unanimidade,** de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. ----------
2. Foi um, **Voto de Pesar,** apresentado pelo Grupo Municipal do PS, subscrito pela Mesa e todos os Grupos Municipais, "Pelo falecimento de Joaquim Cardoso Magalhães", **Aprovado por Unanimidade**. ----------
3. Foi um, **Voto de Pesar,** apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP, "Pelo falecimento de José Manuel Valente Pereira de Sousa", **Aprovado por Unanimidade**. ----------
4. Foi um, **Voto de Pesar,** apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, "Pelo falecimento de Odete Santos", **Aprovado por Unanimidade**. ----------
5. **No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações:** ----------
   a) **Foi o ponto 3.1. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Oferta Pública de Aquisição de Imóveis para Implementação de Projetos no âmbito do Investimento RE-C02-I01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Aviso de Publicitação nº 01/C02-I01/2021 – Componente 02 – Habitação Parte B – Relatório Final", **Aprovado por Unanimidade**.----------
   b) **Foi o ponto 3.2. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: ----------
      - Alteração à Postura Municipal de Trânsito – Implementação de Trânsito Proibido a veículos de peso total superior a 3,5t, exceto a Veículos de Emergência, R.S.U . e Autorizados, na Rua do Barreiro, Freguesia de Canidelo; ----------
      - Postura Municipal de Trânsito – Implementação de Sinal Vertical de "Paragem Obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos – STOP (B2)", na Rua Juiz Margarido Pacheco, no entroncamento com a Rua da Urtigueira, Freguesia de Canelas; ----------

- Postura Municipal de Trânsito – Paragem Obrigatória em cruzamento ou entroncamento – STOP (B2), na Rua Anselmo Braancamp, no entroncamento com a Rua Oliva Teles, Freguesia de Arcozelo; ----------
- Posturas Municipais de Trânsito – Trânsito de Sentido Único (H3), no Largo da Pedra Alva (norte/sul), no troço compreendido entre a Rua São Miguel até à Rua Nova do Monte, na Freguesia de Arcozelo; Paragem Obrigatória em cruzamento ou entroncamento (B2-STOP), no Largo da Pedra Alva com a Rua Nova do Monte, Freguesia de Arcozelo". -----

Aprovado por Unanimidade. ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi esta reunião dada por encerrada eram 22 horas e 21 minutos do dia 18 de janeiro de 2024, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade**. ----------

PRIMEIRA SECRETÁRIA

(Maria Fernanda Almeida M. Sousa, Dr.ª)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Albino Almeida, Dr.)